



O projeto Salas Verdes no Estado de São Paulo: um estudo preliminar de Projetos Políticos Pedagógicos.

Fernanda Nogueira Lopes – UNESP

Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho – UNESP

Resumo: O projeto Salas Verdes, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) surge em 2002 com o objetivo de implementar espaços para o desenvolvimento de atividades educacionais voltadas à temática ambiental e teve a intenção de atender as políticas públicas de EA (PNEA, PRONEA). Nesse sentido, este estudo tem como objetivo avaliar a implantação e implementação do Projeto no estado de São Paulo, por meio da elaboração de uma cartografia inicial das Salas Verdes implantadas até 2018, considerando as diferentes formas de gestão das mesmas e analisar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de duas das Salas Verdes do estado de São Paulo apresentados ao MMA. Com a análise dos PPPs observou-se que os textos apresentam suas propostas de maneira genérica, e não explicitam fontes ou referências, além disso, foi possível identificar a presença de concepções comportamentais e convencionais de EA, sem presença de discussões críticas e apontamentos reflexivos sobre o sistema econômico, os motivos dos problemas socioambientais ou os agentes causadores dos mesmos.

Palavras- Chave: Educação Ambiental; Políticas públicas; Salas Verdes.

Abstract: The Green Chambers project of the Ministry of the Environment (MMA) was created in 2002 with the objective of implementing spaces for the development of educational activities focused on environmental issues and intended to meet the public policies of EE (PNEA, PRONEA). In this sense, this study aims to evaluate the implementation of the Project in the state of São Paulo, through the elaboration of an initial cartography of the Green Chambers implemented until 2018, considering the different forms of management and analyze the Political Educational Projects (PPP) of two of the Green Rooms of the state of São Paulo presented to the MMA. With the analysis of the PPPs, it was observed that the texts present their proposals in a generic way, and did not explain sources or references, besides, it was possible to identify the presence of behavioral and conventional conceptions of EE, without presence of critical discussions and reflections about the economic system, the reasons for the socio-environmental problems or the agents that cause them.

Keywords: Environmental Education; Public Policies; Green Rooms.

1 Introdução

O contexto atual do planeta permite afirmar que há uma grave crise socioambiental, cujas evidências têm sido identificadas e analisadas ao longo do último século, e se apresentam hoje enquanto risco de um colapso ambiental, com a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais não renováveis, somados à desigualdade crescente na sociedade. Tais evidências demonstram a falência do modelo atual de sociedade que é gerido com predomínio do desenvolvimento da tecnologia e crescimento econômico, em detrimento da organização e preservação da natureza (LEFF, 2001).

Diante desse contexto de crise, em grande parte fruto da constatação de que o modelo de desenvolvimento global vigente, baseado em uma perspectiva de crescimento contínuo, desenvolve-se uma preocupação ambiental e surgem movimentos



ecológicos e ambientais. A preocupação ambiental surge, então, a partir de movimentos que criticam aspectos da sociedade capitalista (movimento feminista, movimento negro, movimento operário e movimento ecológico entre outros) (GONÇALVES, 1989).

Neste cenário, desenvolve-se a produção de conhecimento em um campo de estudo específico envolvendo a temática ambiental. Tais estudos têm considerado que as problemáticas não são somente ambientais, somando-se a ela problemas de cunho social, econômico e cultural (LOUREIRO, 2003; ACSELRAD, 1992; LAYRARGUES, 2002). Como consequência observa-se um aumento da preocupação mundial com relação às diversas dimensões dos problemas ambientais, atraindo e exigindo a atenção de pesquisadores para o desenvolvimento de estudos na área e o envolvimento de instituições e de governos, que também vêm ganhando espaço nas mídias.

Após o debate ambientalista e com a constituição e atuação dos movimentos ecológicos, a Educação Ambiental (EA) é apontada como uma possível estratégia de enfrentamento dessa crise socioambiental citada, sendo então um novo campo de conhecimento, que visa uma transformação na relação homem-natureza, para que a mesma seja mais sustentável, consciente e crítica (CARVALHO, 2004). Vale ressaltar que a EA não tem uma concepção única, e é um campo complexo, em que diversos interesses e visões de mundo podem estar envolvidos. A questão ambiental e a educação são, em suma, questões políticas e que podem se apresentar com intenções mais conservadoras ou emancipatórias (LIMA, 1999).

Quando se pensa em EA muitas vezes, há a associação com as palavras “mudança, transformação”, mas essa relação pode não estar presente em todas as visões e ações de EA existentes. Loureiro (2003) traz a reflexão de que podemos dividir em dois eixos os discursos da educação: um conservador, que tem relação com comportamentos, com mudança de posturas individuais sem necessariamente de ter relação com reflexões profundas e questionamentos ao modelo de sociedade em que vivemos, e uma educação transformadora, emancipatória voltada para mudanças não somente individuais, mas coletivas, locais e globais, estruturais, econômicas e políticas (LOUREIRO, 2003).

Compreende-se que a EA em contextos não formais, se mostra como um importante mecanismo para mediação de conflitos e proporciona a criação de propostas que auxiliem na construção de uma sustentabilidade democrática, que garanta espaços para discussão e decisão política por todos; que os ciclos da natureza e os ecossistemas sejam preservados; e que todos possam ter dignidade de vida (LOUREIRO, 2008).

Segundo Loureiro (2008) deve haver real intenção de priorizar os interesses coletivos e uma clareza de objetivos nas relações entre o Estado e os grupos sociais envolvidos, para que se atinja:

- 1) reversão dos processos privatistas-mercantis da natureza; 2) mobilização e organização popular para o atendimento a necessidades materiais básicas e à justiça distributiva, associado às necessidades de conservação (visando a sustentabilidade democrática); e 3) problematização historicizada da realidade socioambiental e busca de alternativas econômicas com os grupos sociais, particularmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioambiental, garantindo a devida autonomia aos mesmos (LOUREIRO, 2008, p. 243).

Os processos educativos que devem ser priorizados são, portanto, esses que ensinam o poder de transformação dos cidadãos, os que têm compromisso com o



diálogo, através da participação social relacionando e considerando diferentes interesses e saberes, para que haja uma apropriação da natureza com qualidade e responsabilidade (LIMONT, 2009).

Neste contexto, a partir da valorização e debate sobre EA pela sociedade em geral, sua expansão atinge diversos campos da sociedade, inclusive subsidiando propostas de políticas públicas. As políticas públicas, então, nascem a partir das necessidades, urgências e interesses sociais; são criadas pelo poder público e pretendem solucionar ou amenizar os problemas sociais. Quando uma questão passa a ser discutida e visibilizada pela sociedade e reivindicada pela população, ela exige a atuação do Estado (AZEVEDO, 1997). Assim, na medida em que as questões ambientais surgem no debate social e político, e se coloca a necessidade de fomentar a educação para o ambiente nas diversas esferas da vida em sociedade e de incluir a temática ambiental no processo educativo, várias políticas públicas passam a ser criadas.

Uma expressiva e importante política pública de EA a Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA) (Lei 9.795/99) (BRASIL, 1999). Esta Lei promove e dá destaque ao tema, orientando outras políticas públicas que incorporam a EA não só na escola, mas também em espaços não formais e em outras modalidades do processo educativo. Em 2012, a Resolução nº 2, de 15 de junho, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA em conformidade com o que diz a PNEA (BRASIL, 2012). Podemos citar também, a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (Pro-NEA), em 2004, elaborado no âmbito do Fórum Global no Rio-92, e em sintonia com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. O programa foi formulado em conjunto pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) e pela Coordenação Geral de Educação Ambiental (COEA/MEC), e acordada pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 2005).

Com o avanço da legislação e no bojo das políticas públicas para dar efetividade ao que as Leis de EA determinam, no ano de 2002, como uma iniciativa do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) teve início o Projeto Sala Verde, criado com o objetivo de implementar espaços para o delineamento e desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltadas à temática ambiental, dentro de instituições públicas ou privadas, atuando como Centros de Informação e Formação Ambiental (BRASIL, 2002). O projeto teve a intenção de atender às demandas de diversas instituições que procuravam o MMA em busca de subsídios para suas ações de EA e, o mesmo, concebe as salas como: “espaços com múltiplas potencialidades, que além da disponibilização e democratização do acesso às informações, podem desenvolver atividades diversas de EA como: cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões, campanhas” (BRASIL, 2002, p.1).

As Salas Verdes se encontram, geralmente em prefeituras municipais, secretarias da educação e do meio ambiente, universidades e em Unidades de Conservação, a sua implantação pode estar vinculada a instituições públicas ou privadas. A participação no projeto é feita por meio de Editais lançados pelo DEA.

Não existe um formato único e nem modelos pré-definidos para a constituição das Salas Verdes e cada responsável é livre para implementá-la da maneira que entender ser melhor, mas há a necessidade de construção e constante revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP). (BRASIL, 2002). O PPP, segundo o MMA (2002, site) “[...] é o que explicita os porquês da Sala Verde; o como, o quando, o onde, o quanto, além de outras questões de cunho político e pedagógico.”. Existe um manual didático



disponibilizado no site do Projeto Salas Verdes, intitulado “Projeto Político Pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e a Salas Verdes”, criado com o intuito de contribuir com atributos teóricos e práticos na construção do documento necessário para a submissão no Edital do MMA.

Tomando como pressuposto que o Projeto Salas Verdes foi pensado como um conjunto de ações para atender à uma política pública (PNEA), faz-se necessário pensar este projeto deste ponto de vista e, portanto, na importância de ele ser avaliado na sua consecução, considerando seus objetivos de atendimento aos anseios e direitos da sociedade em relação ao meio ambiente e de promover as necessárias mudanças vislumbradas pela política pública em questão.

Neste sentido, entendemos ser de vital importância o estudo e produção científica voltada para as políticas públicas, pois contribui para o entendimento de questões teóricas e práticas em relação ao próprio ato político, e refletir sobre os motivos e intenções das escolhas do governo para a escolha e o desenvolvimento das suas ações (planos, programas e projetos), nesse caso o enfoque do trabalho está nas políticas públicas de EA, e se propõe a olhar para como uma ação de EA, voltada para a efetivação de uma política pública, está se desenvolvendo (no caso do Projeto Salas Verdes, a PNEA e o ProNEA, como explicitado no Edital de 2017 do Projeto).

Nesse sentido, alguns estudos têm sido desenvolvidos tendo como foco o Projeto Salas Verdes, que já completa 18 anos em 2018. BRITTO (2016), em seu trabalho se volta para a questão da instalação de uma Sala Verde na UNEB (Universidade do Estado da Bahia) e se isso amplia a capilaridade da EA no estado e traz qualificação na participação da sociedade em discussões socioambientais, através de uma pesquisa bibliográfica e documental (BRITTO, 2016). Outro exemplo é o trabalho de Junior (2017) cujo foco foi voltado para os avanços e perspectivas do processo de instalação de uma Sala Verde em Volta Redonda/RJ, sendo um trabalho descritivo sobre as atividades desenvolvidas no local e suas potencialidades, destacando a importância da Sala Verde em questão como um espaço socioambiental.

Assim, baseando-nos na problematização exposta acima, a respeito desse projeto de Educação Ambiental, cujo nome é Sala Verde, e buscando também colaborar com a gestão pública, visamos avaliar a implantação dele no estado de São Paulo. Este estudo se justifica, portanto, por contribuir com o campo de pesquisa em EA, bem como para a avaliação de um projeto que foi proposto para atender às políticas públicas em EA, tendo em vista a importância desses espaços não formais de educação para a relação humana com a natureza e para um processo de formação política com uma visão emancipatória. Vale ressaltar que este é parte de um trabalho de pesquisa de mestrado em andamento.

Tendo em vista o contexto apresentado, a pesquisa proposta tem como objetivos: 1) Elaborar uma cartografia inicial das Salas Verdes implantadas até 2018 no estado de São Paulo, considerando os formatos de gestão; 2) Analisar dois dos PPPs apresentados ao MMA para a implantação de um conjunto de Salas Verdes.

2 Percorso metodológico da pesquisa

Este trabalho se utiliza de abordagem qualitativa, descritiva e está sendo realizada como um estudo de campo. A pesquisa descritiva se caracteriza como uma pesquisa que observa, analisa e correlaciona fenômenos entre si, sem manipulação. Visa conhecer os fenômenos e as relações que ocorrem na sociedade como um todo, ou seja,



trabalha com dados coletados sobre a própria realidade (CERVO, BERVIAN E SILVA, 2007).

O estudo de campo, segundo Gil (2002) é caracterizado por apresentar aprofundamento nas questões propostas, buscando estudar um grupo em termos de sua estrutura social, ressaltando suas relações e interação entre seus componentes, utilizando-se de técnicas de observação. Gil (2002) caracteriza o estudo de campo também como uma pesquisa que pode ser desenvolvida com base em observações diretas, mas também se utiliza de análise de documentos, fotografias, etc. (GIL, 2002).

Os estudos de campo consideram, segundo SILVA (2014):

- Estudo de um grupo ou população
- Compreender estrutura social
- Uso de métodos qualitativos
- Aplicação mais flexível. (SILVA, 2014, p. 28)

Assim, a utilização do estudo de campo neste trabalho contribui para a compreensão do desenvolvimento e das concepções do Projeto Salas Verdes no estado de São Paulo e como as propostas oficiais do Projeto se desenvolvem no contexto estudado.

Inicialmente foi feito um levantamento da abrangência e distribuição das Salas Verdes no estado de São Paulo, considerando também os tipos de instituição responsável pela gestão das mesmas. Ao olharmos para o montante de Salas Verdes apresentado no site do MMA participantes do Projeto, observamos que existem algumas possibilidades de tipos de gestão (prefeitura, Universidade, empresa, ONG, e outros tipos como Sindicatos, Associações e Institutos). Sabendo disso, decidimos escolher dentre as Salas Verdes do Estado de São Paulo, um exemplo de cada tipo de instituição gestora para realizar o estudo de campo. Para este trabalho apresentamos dois tipos de gestão: Prefeitura e Universidade, visando entender melhor como cada tipo de instituição implementa, assume e realiza a gestão do Projeto Salas Verdes. A escolha foi aleatória, levando em consideração a facilidade de acesso aos PPPs e de contato com os responsáveis.

Foram realizadas as análises dos Projetos Políticos Pedagógicos de duas Salas Verdes, a do município de Rio Claro e a de Tupã, selecionadas para o estudo de campo. O caso de Tupã é o único do estado de São Paulo que tem sua gestão localizada dentro de uma Universidade pública. Já o caso de Rio Claro, exemplifica a gestão feita pela prefeitura do município, o que é mais comum no estado. As duas foram inauguradas no ano de 2018.

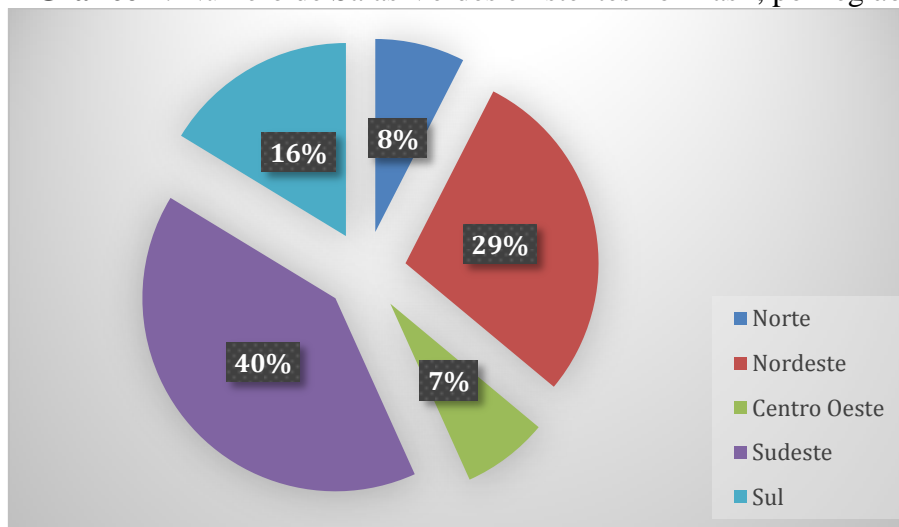
A tentativa foi de compreendermos as perspectivas de EA que orientam esse documento. Buscamos com este estudo sobre as Salas Verdes no estado de São Paulo, avaliar o Projeto como uma ação voltada para a efetivação de políticas públicas para a EA e, ao mesmo tempo, obtermos dados qualitativos que podem contribuir com a avaliação da efetividade do Projeto Salas Verdes no Brasil, como parte das políticas públicas de EA do país.

3 Breve Cartografia do Projeto Salas Verde no estado de São Paulo

Existem, atualmente, 639 Salas Verdes por todo o país, com a maioria localizada na região Sudeste que apresenta 258 salas, seguida pela região Nordeste que conta com 182 salas verdes. A região Sul, Norte e Centro-Oeste possuem 104, 48 e 46 salas respectivamente (Gráfico 1) (MMA, 2018).



Gráfico 1: Número de Salas Verdes existentes no Brasil, por região.



Fonte: MMA, 2018.

A região Sudeste do país é a que apresenta maior número de Salas Verdes, dentro da mesma o Estado de São Paulo apresenta **104** Salas Verdes, seguido de Minas Gerais com 85, Rio de Janeiro com 53 e Espírito Santo com 16 Salas.

Quanto ao tipo de gestão, o resultado do levantamento indicou a distribuição conforme segue.

Quadro 1 – Distribuição dos tipos de Gestão

Tipo de Gestão	Quantidade de Projetos
Prefeituras	61
Associações	14
Institutos	9
ONG	8
Empresa	3
ICMBIO	2
Escola EB	2
Universidade	1
FATEC	1

Fonte: Pesquisa da autora

Análise do Projeto Político Pedagógico - Sala Verde de Rio Claro

No documento intitulado “Projeto Político Pedagógico - Sala Verde de Rio Claro- SP” cuja autoria está vinculada à Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio Claro e em parceria com a Secretaria da Educação, apresenta a Sala Verde com o nome de “Cidade Azul” e aponta que sua inauguração se deu no ano de 2018. O documento deixa explícita a expectativa de público a ser atendido por ano em sua Sala Verde, que seria indiretamente de duzentos mil, os habitantes do município, pois a Sala ficará aberta para a toda a comunidade no horário 07h30min horas às 17h00min horas para visitação e também com possibilidade de agendamentos para visitas monitoradas. Os funcionários que trabalharão na mesma são da Secretaria do Meio Ambiente, assim como os estagiários.

No documento (PPP) é usada a justificativa de existência da Sala Verde no município uma relação com a questão do lixo, e utiliza dados que dizem que apenas 3%



do lixo gerado são destinados para a reciclagem. Após a apresentação destes dados há o seguinte trecho: “Nesse sentido, a Educação ambiental junto aos alunos e a comunidade é um processo necessário para a formação de cidadãos reflexivos e participativos nas questões ambientais.”. Há então a intenção de promoção de o que é chamado de “cidadãos reflexivos”, mas não há uma clara explicação do que seria exatamente um cidadão reflexivo. Pode-se também refletir sobre esta justificativa, pois há um enfoque na resolução de problemas ambientais, como o lixo, mas não se apresentam os motivos deste problema, e quais os agentes causadores do mesmo, como explicitado no trecho a seguir: “Tendo como foco uma sociedade que repense seus hábitos de consumo, analisando assim um produto de sua origem até seu descarte ambientalmente correto, incentivando sempre a adoção de práticas e atitudes sustentáveis, a “Sala Verde” torna-se um espaço indispensável na orientação e formação de “Agentes Ambientais [...]” (grifos da autora). É apontada no documento a importância de se repensar o consumismo, os hábitos deste e de se conhecer a produção e destino dos produtos, mas não há discussão sobre os motivos deste problema, quais são os reais agentes causadores do mesmo e como este consumismo é incentivado a continuar existindo na sociedade.

Nos trechos grifados, identificamos ideia de mudança de comportamento, focando nos aspectos de uma Educação Ambiental Convencional, onde não existem discussões sobre os aspectos sociais, sobre o modelo econômico e sua influência nos problemas ambientais (LAYRARGUES & LIMA, 2014). Apesar de no trecho posterior, existirem as palavras “socioambiental” e “discussão crítica”, parece haver uma contradição quanto ao aparente foco em uma visão individualizada e comportamental das mazelas ambientais e na resolução das mesmas.

Outras palavras utilizadas no tópico de justificativa do PPP são: “espaço de encontro, reflexão e construção da ação socioambiental.”; “espaço educador de múltiplas potencialidades”; “centro de referência para democratizar o acesso à informação”; “espaço de diálogo com práticas que venham a interferir diretamente na qualidade de vida, melhorando-a”.

O PPP da Sala Verde de Rio Claro ressalta que a sua proposta de trabalho na Sala Verde Cidade Azul, está em consonância com as Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental e com as Diretivas do Programa Município Verde Azul que se constituem como elementos norteadores das ações a serem planejadas e executadas e apresenta como objetivo geral o oferecimento aos alunos do município, sejam da rede municipal, estadual ou privada o curso de formação ambiental PROAMB- Programa de Formação Ambiental, mas sem explicitar detalhes do citado curso, ou apresentar as suas características e fundamentos. No tópico do objetivo geral, novamente é citada a “conduta humana diante do meio”, mais uma vez dando enfoque a aspectos comportamentais.

Algo interessante é a inclusão de informações sobre as “10 diretivas do Programa Município Verde Azul”, uma política pública do Governo do Estado de São Paulo, criado em 2007 e possui o propósito de medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental visando à descentralização da gestão ambiental, apoiando-se na agenda ambiental dos municípios, através da criação de um Ranking Ambiental que resulta da avaliação técnica das informações fornecidas pelos municípios. Nesse Ranking os municípios melhores colocados tem acesso a recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição, como ressalta Machado (2014), o acesso aos recursos financeiros provenientes do programa, apesar de ser um estímulo que pode ser



considerado interessante para o trabalho dos municípios com as questões ambientais, não é o suficiente para ultrapassar os obstáculos encontrados pelas gestões locais para realizar com êxito a descentralização da gestão ambiental, pretendida pelo Programa. Os resultados da análise de Machado (2014) revelam que o programa possui uma estrutura que pode levar o município envolvido a implementar com maior vigor a agenda ambiental proposta nas diretivas, mas não tem conseguido alcançar a participação efetiva dos municípios, pois a gestão ambiental pública é feita a partir de três níveis, que trabalham de maneira distinta e separada e a articulação entre os três é bastante delicado e inconstante (MACHADO, 2014). Além disso, vale ressaltar a necessidade de total e plena transparência do uso dos recursos financeiros recebidos e na clareza da distribuição da pontuação aos municípios participantes do Programa, chamado Município Verde Azul.

No tópico Programa de Ações e Metas o PPP da Sala Verde de Rio Claro, apresenta maneiras interessantes e motivadoras de ação, como por exemplo: Utilizar atividades lúdicas na sensibilização de todos; Elaborar relatórios que contenham um banco de dados sobre Educação Ambiental; Divulgar de todas as formas possíveis os trabalhos socioambientais realizados no espaço; Elaborar questionários para a elaboração de diagnósticos de segmentos ambientais de Rio Claro; Reuniões abertas à comunidade, para gestão participativa com foco sobre as questões sociais e ambientais, entre outros.

Um dos eixos norteadores, apresentado pelo PPP é o eixo do Consumo Consciente, e pontua que “os atuais padrões de consumo são responsáveis direta e indiretamente por diversos problemas socioambientais [...] o atual estilo de vida difundido mostra-se insustentável em longo prazo”, não podemos negar que o comportamento de consumo atual, é um grande problema, mas devemos pensar no colapso socioambiental global que o modelo econômico capitalista impõe a sociedade atual, colapso esse que vem sendo evidenciado pelas ciências, desde os anos 60. Para que haja enfoque no consumo consciente e discussão sobre os hábitos particulares e individuais, é necessário primeiramente refletirmos e desmontarmos o aparelho socioeconômico inerentemente acumulativo e pensado em escala expansiva em que nossas sociedades vivem desde a sua consolidação, com a Revolução Industrial (MARQUES, 2016).

4 Análise do Projeto Político Pedagógico- Sala Verde de Tupã

A Sala Verde do município de Tupã está vinculada a um Projeto de Extensão da Universidade Estadual Paulista- UNESP, seu nome é Rede de Educação Ambiental da Alta Paulista – REAP, e sua inauguração se deu no ano de 2018. A Sala Verde REAP possui um site com diversas informações e que é constantemente atualizado.

O PPP apresenta como características os seguintes itens; Não linear: acontece um processo circular de aprendizagem em que todos interagem e aprendem sobre os assuntos; Não há hierarquia: a rede produz horizontalidade, multi-liderança e descentralização; Conectividade: a rede só pode existir na medida em que houver ligações estabelecidas (conexões); Isonomia: quando todos têm direito ao mesmo tratamento e compartilham os mesmos direitos e deveres; não deve haver “melhores” ou “piores”, mas uma igualdade; Dinâmicas coletivas: as redes são ambientes dinâmicos de relacionamento que se apropriam de várias formas para se comunicar; Participação voluntária. São pontos interessantes e importantes levantados no documento, pois há a participação voluntária, e por ser dentro da UNESP, o envolvimento dos alunos no projeto, que recebe visitas de escolas e moradores da sociedade civil.



Há a intenção de “disseminar as informações de Educação Ambiental por meio de web sites para difusão de conhecimentos, práticas educacionais e desenvolvimento de metodologias em Educação Ambiental”, mas não há explicitação clara do embasamento teórico para o desenvolvimento de metodologias de EA e quais seriam estas.

Alguns termos utilizados, baseados nos princípios organizacionais da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) foram: autonomia, democracia interna, respeito à diversidade, conectividade, multiliderança e interdependência. Algo interessante também é que são apresentadas regras de convivência da Sala, onde a linguagem formal deve ser utilizada, sigilo no que diz respeito aos assuntos deliberativos da Sala Verde, coibição de atitudes preconceituosas e inapropriadas, inclusão da comunidade, buscarem evitar que os interesses pessoais se sobreponham ao interesse coletivo da Sala Verde.

Algumas atividades que os envolvidos pretendiam realizar na sala foram listadas. Dentre elas apresentam-se plantio de mudas, ciclo de palestras em parceria com grupos de Pesquisa e grupos de Estudos da UNESP Tupã, Semana do Meio Ambiente com a realização de palestras e mesas redondas, oficinas e campanhas de conscientização em geral.

A gestão se dá com parcerias com grupos de estudo e de pesquisa da Universidade, o que parece fazer com que as atividades sejam embasadas e apresente maior discussão e reflexão sobre problemas sociais como a inclusão, preconceito e respeito à diversidade, termos bastante utilizados no texto do documento. Mas vale ressaltar que também há um foco em termos como divulgação de informações sobre EA, mas deve-se ressaltar que é importante sempre haver o desenvolvimento da criticidade e envolvimento de sujeitos que reflitam sobre os motivos da crise socioambiental atual e resultem em práticas emancipatórias.

5 Considerações

No presente estudo, foram analisados dois Planos Políticos Pedagógicos relativos a duas Salas Verdes do Estado de São Paulo, inauguradas em 2018, uma do município de Rio Claro e outra no município de Tupã.

Durante a fase de caracterização e levantamento das Salas Verdes, observa-se que a maior ocorrência de Salas Verdes se dá na região Sudeste do país, com 40 % do total. Na questão da abrangência e formatos do Projeto Salas Verdes no estado de São Paulo observa-se que o formato de gestão é diverso, mas há predominância o tipo de gestão realizado por prefeituras, após este, se encontra a gestão realizada por Associações. No estado todo apenas uma Sala Verde tem vínculo de gestão com uma Universidade Pública, no caso a UNESP, campus de Tupã.

Com base na análise dos dados, foi possível observar que os textos dos PPPs analisados são um tanto quanto genéricos, e não explicitam fontes ou referências, além disso, foi possível identificar a presença de concepções comportamentais e convencionais de EA, sem presença de discussões críticas e apontamentos reflexivos sobre o sistema econômico, os motivos dos problemas socioambientais ou os agentes causadores dos mesmos.

A investigação será aprofundada com a análise das práticas que ocorrem nas Salas Verdes em questão, entrevistas com os responsáveis pelas mesmas e fazendo relação disso com os objetivos do projeto proposto pelo MMA e com as finalidades da PNEA e do PRONEA, dando então, continuidade a este estudo de campo.



Referências

- ACSELRAD, H. Cidadania e meio ambiente. *In: ACSELRAD, H. (Org.). Meio Ambiente e Democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, p. 18-31, 1992.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. Autores Associados, 1997.
- BRASIL, *Presidência da República*, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. Brasília. DF, 1999. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>. Acesso em 23/06/2018.
- BRASIL. *Ministério do Meio Ambiente*. Departamento da Educação Ambiental. Projeto Salas Verdes. 2002. Brasília. DF. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educacao/salas-verdes> > Acesso em 30/07/2018.
- BRASIL, *Ministério do Meio Ambiente*. Diretoria de Educação Ambiental. Programa Nacional da Educação Ambiental- PRONEA. 2005.
- BRASIL, *Ministério da Educação*. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº2, 15 de junho de 2012. Brasília. DF, 2012. Disponível em: <<http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/diretrizes.pdf>> Acesso em 30/07/2018.
- CARVALHO, I. C. M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.
- CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. SILVA, Roberto da. *Metodologia científica*, v. 6, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. Editora contexto, 1989.
- LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. *In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.) Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LAYRARGUES, PHILIPPE POMIER; LIMA, GUSTAVO FERREIRA DA COSTA . As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, v. 17, n. 1, 2014.
- LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.



LIMA, G.F.C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v.2, 1999.

LIMONT, Marcelo. *Educação e participação social na APA de Guaraqueçaba: a capacitação como possibilidade na mediação de conflitos ambientais*. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. *Ambiente e Educação*, Rio Grande, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*, v. 11, n. 2, 2008.

MACHADO, Lílian Fernandes. Contribuições para a análise da efetividade do Programa Município Verde-azul no âmbito da gestão ambiental paulista. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MARQUES, Luiz C. Capitalismo e colapso ambiental. Editora Unicamp, 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. O projeto Salas Verdes. Disponível em; <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educacao/salas-verdes>. Acesso em 20/11/2018. 2018

SILVA, Antônio João Hocayen da. *Metodologia de pesquisa: conceitos gerais*. Unicentro, Paraná, 2014.